

# Governo estuda corte de 200 projetos

07 JUL 1988

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, anunciou, ontem, que 200 projetos que somam o equivalente a 25% do Orçamento Geral da União são passíveis de cancelamento a partir do próximo ano, através da Operação Desmonte, em função do aumento das transferências de recursos para Estados e Municípios decidido pela Constituinte. O eventual cancelamento destes projetos, explicou o Coordenador da Operação Desmonte, Everardo Maciel, praticamente eliminaria a necessidade do Tesouro emitir novos títulos em 1989, apenas rolando o estoque da dívida mobiliária existente.

O aumento das transferências para Estados e Municípios, ao lado da eliminação de cinco impostos federais, que serão estaduais por intermédio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) criado pela Constituinte, implicarão numa perda de 17% da receita líquida da União em 1989, revelou Batista. Há quase dois meses, um grupo de 80 técnicos do Governo elabora a



Abreu: Constituinte reduz receita

adequação do Orçamento de 1989 às decisões da Constituinte.

O Ministro do Planejamento lembrou que nos últimos quinze anos o Orçamento da União sofreu um acú-

mulo de projetos (mais de dois mil), que não refletem as prioridades do Governo. Um exemplo a que Batista sempre se refere, com bastante humor, é a criação de recursos para combater o bicudo, praga que ataca a lavoura do algodão. Mesmo depois da eliminação da praga, a dotação orçamentária ainda permanece.

A definição dos encargos que serão transferidos para os Governos estaduais e municipais também está aliada ao programa de ajuste econômico, assegurando a meta de 2% do déficit público em 1989. Nos estudos do desmonte, explicou Batista, ainda não foi contabilizado o efeito da anistia para pequenos produtores rurais e microempresários.

Uma das conseqüências inevitáveis do desmonte, com o Orçamento Geral da União atravessando uma fase de transição, reconhece João Batista, é a fusão, extinção e transferência para Estados e Municípios de órgãos da administração federal que perderão suas funções e fontes de recursos.

GLOBO

## Mudanças atingem subsídios e incentivos

BRASÍLIA — O Orçamento Geral da União para este ano será encaminhado ao Congresso até 31 de agosto. Em função disto, o Planejamento deverá adotar uma reserva especial neste orçamento para atender as determinações da Constituinte. Eis as principais áreas que serão passíveis de modificações a partir do próximo ano:

1 — Incentivos fiscais, até mesmo os da região da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam);

2 — Isenções fiscais de toda natureza;

3 — Incentivos fiscais na área do Projeto Grande Carajás;

4 — Elaboração de leis complementares em função de mudanças estabelecidas pela Constituinte;

5 — Alteração da programação atual do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e do Finsocial, que integrarão o Orçamento de Seguridade criado pela Constituinte;

6 — Eliminação ou redução de 16 subsídios.

7 — Reformulação em 67 fundos setoriais com dotação no Orçamento Geral da União.

8 — Alterações no sistema da União para cobrir contrapartidas de empréstimos externos para Estados e Municípios;

9 — Reestruturação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), vinculado ao Ministério da Fazenda.

10 — Mudanças no PIS/Pasep.

11 — Definição da aplicação da cota, cerca de 30%, que cabe à União do recolhimento do salário-educação.

12 — Consolidação das fontes de recursos com destino à ciência e tecnologia.

13 — Nova forma no Orçamento Geral da União para as despesas públicas.

14 — Estudo das conseqüências da formação de novos Estados (Roraima, Amapá e Tocantins);